

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007170-98.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Tutela Cautelar Antecedente - Medida Cautelar**
 Requerente: **Corsini & Cia Ltda. Me**
 Requerido: **Adrilvia Rosemere Povaga**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de busca e apreensão.

A parte autora sustenta que a requerida, enquanto trabalhou para si, fazia uso de um veículo que deveria ter devolvido ao término da relação, o que não ocorreu. Assim, faz jus à retomada do bem.

Decisão antecipando a tutela à fl. 19.

É o relatório.
Decido.

Tomo o presente pedido como principal e satisfativo, excepcionalmente, sendo inexigível nova ação para se obter aquilo que já existe.

A requerida foi devidamente citada (fl. 25), não respondendo ao feito (fl. 26), sendo pertinente a aplicação dos efeitos da revelia.

Assim, a decisão de fl. 19 deve ser mantida incólume.

Os documentos de fls. 14/18 não deixam dúvidas de que a parte autora é proprietária da motocicleta, notificando a requerida à devolução, o que não se deu.

Considerando a completa falta de justa causa à posse da ré, a propriedade da requerente deve ser consolidada, sendo cristalino o deslinde desta causa.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial para tornar definitiva a liminar de fl. 19, consolidando a posse da autora sobre o bem aqui discutido.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas, despesas processuais e honorários que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Com o trânsito em julgado, arquite-se o feito.
PIC

São Carlos, 05 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**